



MUSEU AO VIVO

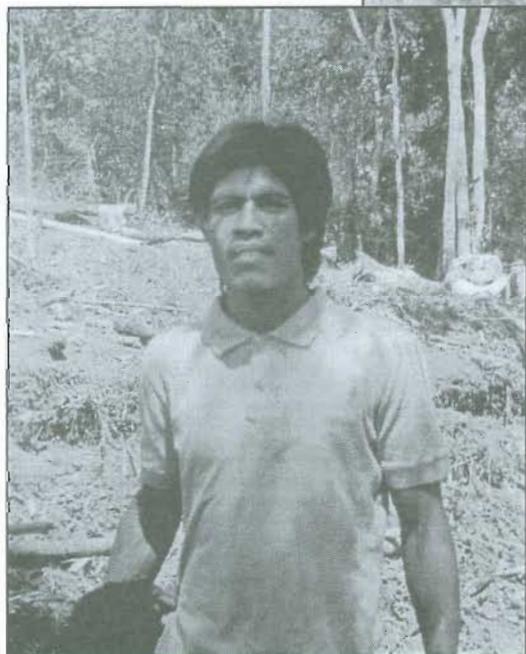


ANO X — Nº 17 — FEVEREIRO/98 A DEZEMBRO/98

Índios de Parati-Mirim no Estado do Rio preservam sua cultura

Página 2

Fotos: Cristina Bolelho



Kuaray Nhamandu, professor da Aldeia Parati-Mirim:
“O Museu do Índio tem as coisas antigas, as coisas que a gente ainda usa. Acho ele importante. Com o Museu continua vivo o que era do passado.”



Os 500 anos do descobrimento do Brasil e os povos indígenas do Estado do Rio de Janeiro

Página 4

EDITORIAL

Em 1979, conheci o "Seu" Lamônica — um senhor alto, forte e simpático, que a todos nós, estagiários, encantava e impressionava com histórias sobre Rondon, antropólogos, indigenistas, índios, o Museu e, sobretudo, a fotografia, com as suas mais secretas técnicas para revelá-las e ampliá-las.

Comentava, com muito orgulho que, em 1944, fora contratado para o Serviço de Proteção aos Índios — SPI, por Rondon, tendo sido o responsável pelos últimos registros fotográficos do grande Marechal, a quem era muito grato.

Conheceu e era conhecido por todos os antropólogos e indigenistas que fizeram a história da Etnologia no Brasil.

Foi fundador do Museu do Índio, em 1953, e responsável pela guarda e organização, até 1998, do mais importante acervo audiovisual sobre os índios no País, formado a partir do final do século passado.

Dominava técnicas de revelação e ampliação que, aos nossos olhos, pareciam mágicas. E era como mágico que comentava o modo pelo qual misturava as químicas, inventava aparelhos e superava as deficiências do laboratório para obter suas incríveis ampliações.

Sempre que conseguia o resultado desejado, convidava-nos para conhecer o trabalho e, com entusiasmo e fascinação quase juvenis, era capaz de ficar horas seguidas, falando sobre as suas descobertas no mundo da fotografia.

Já na condição de responsável pela direção do Museu, procurei, sempre, orientação na inteligência e experiência do laboratorista/fotógrafo JOÃO DOMINGOS LAMÔNICA — funcionário que tinha orgulho de ser servidor público, de trabalhar no Museu do Índio e de ter, durante 54 anos, preservado para todos nós 50 mil imagens fotográficas, 210 filmes e vídeos e 312 fitas sonoras.

Lamentavelmente, não contamos mais com a presença do Lamônica, mas permanece o seu importante trabalho e a lembrança amiga de um grande homem.

O Arquivo Audiovisual do Museu do Índio passará a ser chamado de "Arquivo Audiovisual JOÃO DOMINGOS LAMÔNICA".

José Carlos Levinho
Diretor do Museu do Índio



Índio Kukran no Laboratório Fotográfico do Museu do Índio

Foto: Lamônica / 1989

DESTAQUE

Os Índios Guarani de Parati-Mirim

Cristina Botelho

Apesar de cinco séculos de contato com a sociedade nacional, os índios Guarani ainda mantêm suas tradições culturais. Esse é o caso dos índios Guarani Mbyá que moram na Aldeia Parati-Mirim, situada a cerca de 40 minutos da cidade turística de Parati, no Rio de Janeiro. São cerca de 94 Guarani (28 crianças) em 21 famílias, distribuídas em 11 casas. A área, com 79 hectares, foi regularizada em novembro de 1996.

Há seis anos atrás eram apenas três famílias, num total de 12 pessoas, vindas do Espírito Santo. "Depois começaram a chegar os parentes atrás de plantio, de um lugar para colher. Lutamos até conseguir isso. Queremos ficar aqui até o fim da nossa vida. Soubemos que aqui, há muito tempo atrás, já moraram índios. Nossos antepassados também moraram aqui", explica Karai Tatabi, cacique da aldeia.

Os índios Guarani reúnem-se toda tarde na Casa de Reza, mulheres, homens e crianças, para conversarem e ficarem unidos. E, através da dança Sondaro, esta comunidade lembra o passado. No ritual, é utilizado um violão de cinco cordas. "Ultimamente, temos dançado pouco, porque o nosso estado de ânimo é pouco também", revela Kuaray Nhamandu, o professor da aldeia. Os cantos só acontecem na reza, quando são usados os instrumentos musicais maracá e taquá.

Os Guarani de Parati-Mirim mantêm também seu idioma e sua arte. Todos na aldeia falam o Guarani, sendo que a maioria das crianças só conhece esse idioma. Dezesesseis crianças, de 8 a 10 anos, freqüentam a escola que funciona dentro da Casa de Reza para aprenderem o Guarani e o Português. Os índios produzem artesanato, comercializando seus objetos, na beira da estrada e na cidade de Parati, para os turistas da região, durante o verão.

AUTO-SUSTENTAÇÃO — Com o Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias em Terras Indígenas, instituído pelo Decreto 1.141/94, de 19 de maio de 1994, que dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas em terras indígenas, serão desenvolvidos projetos de auto-sustentação de atividades agropecuárias em Parati-Mirim. Os projetos foram elaborados por técnicos da Fundação Nacional do Índio — Funai / Administração Executiva Regional de Bauru, Emater/Rio e Secretarias Municipais de Agricultura, onde foram acolhidos e encontram-se em início de execução. Casa para fabricação artesanal de farinha; implantação de engenhos de açúcar; repovoamento do Rio Parapitanga; cultivo da cana-de-açúcar, mandioca e milho; drenagem de área salgada para cultivo de arroz e reflorestamento econômico de palmito-açaí e pupunha são as propostas que beneficiarão essa comunidade, iniciando um processo educativo de produção com a participação efetiva do grupo indígena.

No local, funciona um Posto de Saúde, administrado pela Funai. Caixas d'água também foram instaladas pela Fundação Nacional de Saúde — FNS e Prefeitura de Parati, em maio de 1996, para o armazenamento de água direto da fonte, já que a reserva não possui manancial suficiente para o suprimento regular.

EXPEDIENTE

Jornal Museu ao Vivo — nº 17 — Ano X
fevereiro/98 a dezembro/98

Editado pela Seção de Comunicação Social/ Serviço de Atividades Culturais e Divulgação — SACD

Museu do Índio
Fundação Nacional do Índio

Presidente da FUNAI: Sullivan Silvestre Oliveira

Diretor do Museu do Índio: José Carlos Levinho

Jornalista: Cristina de Jesus Botelho Brandão — Reg. Prof. 18.678
Colaboração: Vinicius Saisse (estagiário)

Consultora Técnica: Arilza Nazareth de Almeida (antropóloga)

Revisão: Cristina de Jesus Botelho Brandão e Jussara V. Gomes

Ilustrador: G. Togo

Impressão e acabamento: ABE GRAPH Editora e Serviços Gráficos Ltda.
Projeto gráfico, editoração e criação: Maria José Peneluc Tel: (021) 533-0625

Distribuição Gratuita
Tiragem: três mil exemplares

Museu do Índio
Rua das Palmeiras, 55 — Botafogo
Rio de Janeiro-RJ
CEP 22270-070
Telefax: (021) 286-8899
e-mail: museudoindio@ax.apc.org.br
http: //www.ibase.org.br/~museudoindio

VISITAÇÃO:

3ª a 6ª feira, das 10 às 17h30min.;
sábado e domingo, das 13 às 17h.

MV não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas ou entrevistas.

ENTREVISTA

com **Lúcia Bastos**

Cristina Botelho

Lúcia Bastos, museóloga e restauradora, é chefe do Laboratório de Restauração do Museu do Índio, o único no Brasil que trabalha com recuperação de material etnográfico. Fazendo desde a higienização até a intervenção direta na estrutura do objeto, como colar ou substituir peças, o laboratório é inovador, já que utiliza equipamentos de restauro de papel para a preservação de acervo etnográfico.

Museu ao Vivo – Qual a importância do Laboratório de Restauração para o acervo do Museu do Índio?

Lúcia Bastos – O acervo etnográfico é composto de objetos confeccionados por materiais orgânicos, contendo o elemento carbono em sua composição e, por isso, é mais sensível às agressões e degradações. Com o laboratório, as coleções passam a ter um espaço para rápido atendimento no Museu do Índio. Antigamente, as peças ficavam aguardando restauração. E esperar é problemático quando se trata, por exemplo, de cerâmica, pois este material precisa de intervenção imediata devido à dilatação e à retração da argila.

Outra questão: as infestações. É preciso ter um local específico, com equipamentos apropriados, para que o objeto possa ser isolado e desinfestado. Também agora no Museu do Índio já se podem receber com segurança doações, pois, no laboratório, avalia-se o grau de conservação das peças. E, conseqüentemente, a necessidade ou não de submetê-las aos processos de higienização, reidratação ou desinfestação.

MV – Como aconteceu o aprimoramento desse laboratório?

Lúcia – O Laboratório de Restauração do Museu do Índio surgiu, em 1993, com apenas os itens básicos para seu funcionamento, dando, assim, um atendimento limitado ao acervo. Em 1997, a atual direção incrementou a política de preservação e priorização dos acervos

com a modernização de equipamentos e procedimentos, finalizando a reestruturação do laboratório em abril de 1998.

Para aplicação dos novos procedimentos de conservação, foram necessárias a aquisição e a utilização de equipamentos que, tradicionalmente, são usados na preservação de documentos e livros. Antes realizei testes de experimentação e adaptações. Após observações, percebi que os resultados eram positivos, uma vez que estes equipamentos evitavam a degradação estrutural das peças etnográficas.

MV – Qual a sua experiência nessa atividade?

Lúcia – Comecei no Museu Nacional, em 1979, no setor de Museologia. Foi a primeira vez que deparei com conservação de peças etnográficas. Nessa época, estava cursando o curso de Museologia na Universidade do Rio de Janeiro — Uni-Rio.

Em 1983, fiz um curso de especialização em restauração na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ. E de 1984 a 1986, tive ateliê próprio.

Já no Museu do Índio, em 1986, comecei a trabalhar na reestruturação das suas reservas técnicas e na instalação de um laboratório de restauro.

MV – Quais os processos e equipamentos utilizados na restauração? Quais tipos de peças etnográficas podem ser restauradas no laboratório do Museu do Índio?

Lúcia – Com a câmara de fumigação, início o processo de restauro, realizando a desinfestação de fungos, cupins e brocas que se desenvolvem em têxteis, fibras, penas e adornos feitos de sementes, frutos, dentes e unhas, com exceção para os objetos de madeira e argila. Depois, se houver necessidade de intervenção, é a fase da colagem e/ou substituição de material.

Na mesa de sucção, as peças compostas de penas, têxteis, peneiras e adornos de fibras são higienizadas. Com esse equipamento, evitam-se os possíveis encharques no artesanato. E como etapa final, o repouso na secadora, principalmente, para a plumária, têxteis, cestaria, adornos e pequenos objetos de madeira.

MV – Você participa de cursos e treinamentos para estudantes e profissionais dessa área?

Lúcia – Em outubro, ministrei, no Museu do Pontal, curso sobre restauração em cerâmica. Em novembro, estive durante duas semanas no Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ para falar sobre o mesmo assunto. Apresentei, no 9º Congresso da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais, em Salvador, de 25 a 30 de outubro deste ano, o trabalho "Novas instalações do Laboratório de Restauração do Museu do Índio: Outras Possibilidades de Conservação de Acervo Etnográfico", que foi publicado no boletim da Associação.

Foto: Gesel Stancke



Automação da Biblioteca Marechal Rondon — Com cerca de 16 mil volumes sobre temática indígena e áreas afins, entre livros, artigos de periódicos e folhetos, o acervo da Biblioteca Marechal Rondon já se encontra informatizado. Aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 10 às 17h30min., a biblioteca do Museu do Índio utiliza o programa OrtoDocs, da empresa Potiron, responsável pela catalogação retrospectiva da maior parte de suas coleções. A consulta realizada no terminal apresenta a pesquisa booleana, que permite a combinação de dois ou mais assuntos.

Índio Guarani guia estudantes no Museu do Índio — Agora no Museu do Índio quem guia os estudantes na exposição é o índio Guarani Werá Djekupé, 28, da aldeia Tekoa Porã (ES). Werá orienta o percurso dos visitantes entre as 300 peças dos povos indígenas brasileiros expostas. As visitas devem ser marcadas de terça a sexta-feira, das 10 às 17

horas (tel.: 021 - 286-8899, ramal 238). Escolas pagam R\$ 4 por aluno.

O índio Guarani apresenta as mostras do Museu sobre diversidade cultural indígena como referência a sua cultura Guarani. Na verdade, a exposição vira um roteiro para ele falar sobre o cotidiano Guarani.

"Contos e Histórias Indígenas" é outro serviço oferecido pelo Serviço de Atividades Culturais e Divulgação — SADC. Cada aluno paga R\$ 3.

Brincando na Internet — O novo site do Museu do Índio (<http://www.ibase.org.br/~museudoindio>) vai disponibilizar, em breve, uma página dedicada às crianças, apresentando jogos interativos e informações sobre as tradições culturais dos povos indígenas brasileiros. A nova home-page contou com o patrocínio da Unesco.

PESQUISA

Jussara Vieira Gomes*

Cinco séculos de descobrimento do Brasil e os povos indígenas do Estado do Rio de Janeiro

Aproxima-se a data em que serão completados 500 anos desde a chegada dos portugueses ao Brasil, quando tomaram posse da terra, oficialmente, em nome do Rei de Portugal. Este fato, registrado nos livros de História sob o título Descobrimto do Brasil, está mobilizando vários segmentos da sociedade nacional para a realização de grandes festividades. Diante disto, faz-se oportuno lembrar os primeiros habitantes desta terra, isto é, os povos indígenas que viviam e que ainda vivem no território brasileiro.

Assim como o termo **européu** é utilizado para identificar portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, suíços e outros, o termo **índio** também tem sido utilizado para se referir a povos muito diferentes, que falam línguas distintas, ininteligíveis entre si. Cada um tem sua própria história, organização social, habilidades tecnológicas e crenças religiosas peculiares, tem sua cultura própria, que o diferencia de todos os outros.

No território onde hoje é o Estado do Rio de Janeiro, os colonizadores europeus encontraram vários povos indígenas. Os primeiros portugueses, franceses e espanhóis que aqui chegaram, por desconhecimento, muitas vezes batizaram um mesmo povo com nomes diferentes, como é o caso dos *Tupinambá*, que também ficaram conhecidos como *Tamoio*. Outras vezes, usaram um mesmo nome (por exemplo, *Coroado*) para designar povos que, apesar de possuírem semelhanças físicas, eram culturalmente distintos entre si. Em outros casos, um mesmo povo tinha seu nome escrito de maneira tão diferentes que, às vezes, até parecia tratar-se de outro, como foi o caso dos *Goitacá*, também chamados de *Guaitacá*, *Waitaka* e *Aitacaz*.

Utilizando o critério lingüístico para identificar os vários povos que viviam no território fluminense, os pesquisadores registraram que eles

falavam línguas das Famílias Tupi ou Tupi-Guarani, Puri, Botocudo e Maxakali, além dos índios *Guaianá* ou *Guaianã*, que viveram na região de Parati, Angra dos Reis e Ilha Grande, cuja língua não foi possível classificar.

Desta forma, podem ser citados, entre os falantes de línguas Tupi ou Tupi-Guarani, os *Tupinambá* ou *Tamoio*, habitantes do litoral entre Cabo Frio e Angra dos Reis; os *Temiminó* ou *Maracajá*, da Baía de Guanabara; os *Tupinikin* ou *Maragaya*, do litoral norte fluminense e do Espírito Santo; os *Ararape* ou *Arary*, do vale do Rio Paraíba do Sul e outros. Entre os falantes de línguas da Família Puri, estão os *Puri*, *Telikong* ou *Paqui*, habitantes dos vales do Itabapoana e Médio Paraíba do Sul, assim como das serras da Mantiqueira e das Frecheiras, entre os rios Pomba e Muriaé; os *Coroado*, em ramificações da Serra do Mar e nos vales dos rios Paraíba, Pomba e Preto; os *Goitacá*, das planícies e restingas do norte fluminense (região de Campos e adjacências), etc. Entre os falantes de línguas da Família Botocudo, podem ser destacados os *Botocudo*, *Aimoré* ou *Batachoa*, habitantes do vale do Rio Itabapoana e também da região do Rio Macacu. Na área do Rio Carangola e nas atuais fronteiras do Rio de Janeiro com o Espírito Santo e com Minas Gerais, habitavam os *Maxakali* ou *Mashakali*, falantes de língua da Família

do mesmo nome (atualmente ainda há muitos *Maxakali* no Estado de Minas Gerais).

Hoje, os índios que habitam no Estado do Rio de Janeiro são os Guarani. Alguns estão localizados na aldeia de Sapukay, em Bracuí, no município de Angra dos Reis e outros vivem nas aldeias de Parati-Mirim e de Araponga, no município de Parati. São algumas centenas de pessoas, distribuídas entre as três áreas, todas falantes de língua Tupi-Guarani. Além de caçar e pescar, cultivam alguns produtos agrícolas e procuram vender seu artesanato aos turistas que visitam a região em que vivem.

Há muito o que dizer sobre os povos indígenas do território fluminense. Para obter mais informações sobre este tema, consulte o livro *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*, de José Ribamar Bessa Freire e Márcia Fernanda Malheiros, publicado pela UERJ, em 1997 (pode ser encontrado na Biblioteca Marechal Rondon, do Museu do Índio).

* Antropóloga do Museu do Índio

IMPRESSO